

MANUEL CORREIA E A QUESTÃO REGIONAL

Michel Zaidan

Conheci as obras do Professor Manuel Correia, através do meu antigo Professor de História da Filosofia no Brasil, o Historiador da Igreja, Eduardo Honaertr. Tendo contato a primeira vez com *A Terra e o Homem do Nordeste*, ressaltava o privilégio de ser ele um dos únicos pernambucanos publicados pelo editor paulistano Caio Prado Júnior, na sua prestigiosa Brasiliense. Era o reconhecimento intelectual da importância de seu trabalho, como geógrafo e historiador.

O meu maior interesse na obra mestra de Manuel Correia estava no tratamento político dado à questão agrária no Nordeste, elevada à questão nacional e não apenas econômica ou rural. O tom crítico e prospectivo da análise conduzia a uma visão estratégica do problema da terra no Brasil, dialogando diretamente com os atores, programas e partidos em disputa de hegemonia nessa época.

Uma vez aprendida a lição, associei o aprendizado ao conhecimento de um célebre opúsculo do marxista italiano Antonio Gramsci - *A questão meridional* - que tratava das desigualdades regionais na Itália. E me perguntei: quem seria o Gramsci brasileiro que escreveria *A questão Nordeste* no nosso país?

De lá para cá, muita coisa aconteceu. Desde os trabalhos pioneiros de Celso Furtado, Chico de Oliveira, Tânia Bacelar e outros, a questão regional entrou definitivamente na agenda da política do país, até pelo menos o advento do neo-liberalismo e da globalização, em que a desregionalização da economia brasileira tornou-se um imperativo da globalização - juntamente com o fim dos direitos sociais.

Lembro que um sociólogo rural ainda tentou aplicar os conceitos gramscianos à nossa "questão regional". Infelizmente, o ensaio restou inconcluso, numa revista de ensaios marxistas, dos anos 80.

De todo jeito, a sugestão para desenvolver coerentemente uma análise gramsciana da "questão Nordeste" permaneceu. É o que se pretende fazer aqui neste trabalho: explorar o veio crítico iniciado pelo Professor Manuel Correia - da questão fundiária no Nordeste, dentro de uma perspectiva nacional. Seria a maneira de homenagear a obra do mestre, responsável por toda uma escola ensaística dos problemas regionais.

Em primeiro lugar, resalto que a importância da questão regional deve-se à existência de um projeto de nação. Ou seja, só faz sentido dentro de uma ampla mobilização nacional em torno do combate às desigualdades regionais e da idéia de integrar todos os brasileiros numa mesma comunidade nacional, a despeito das identidades ou peculiaridades regionais. Assim, a descoberta de um "problema nordestino" tem a ver com o subdesenvolvimento do país, a falta de Soberania Nacional. Pensar o Nordeste é pensar o Brasil, ou o Contrato Federativo responsável pelo Brasil. Nesse sentido, não existe solução para os problemas regionais, sem um projeto de povo ou nação brasileira. E é preciso reconhecer que foi de coalizações centralizadoras que resultaram no Brasil políticas regionais, políticas de desenvolvimento integrado destinadas a combater as desigualdades regionais.

Segundo, era necessário fazer a radiografia do "bloco histórico" nordestino que dava sustentação a essas desigualdades regionais. E aqui os estudos clássicos ainda são os de Victor Nunes Leal, Maria Isaura P. Queiroz e Nestor Duarte. A análise sociológica do perfil clientelista patrimonialista, familiar da elite política nordestina, foi fundamental para entender - ainda hoje - a permanência ou sobrevivência de estruturas e relações sociais

arcaicas no Nordeste, a despeito da urbanização de grande área dessa região.

Terceiro, o grau de complementariedade que se estabelece entre essas oligarquias regionais, as desigualdades sociais e espaciais e o pacto de dominação política nacional. É a chamada "via prussiana" de desenvolvimento capitalista - que produz a conciliação do novo e do velho, às custas da marginalização política e social do povo. Mudar para conservar - a famosa fórmula de Tomás de Lampeduse.

Passados tantos anos dessas formulações e diagnóstico clássico sobre o Nordeste, como se apresentaria hoje "a questão regional" no contexto da agenda liberal dos anos 90 e seguintes? Qual o sentido da reforma agrária e da modernização das relações sociais no campo, num ambiente de desregulamentação da economia e mudança de prioridade nas políticas regionais?

Em primeiro lugar, é preciso distinguir a função econômica da terra de sua função política - enquanto elemento da democratização de poder no campo. Nesse sentido, dado o avanço das relações capitalistas de produção na agricultura brasileira e a mudança de prioridades regionais, a reforma agrária deve ser pensada como estratégia de geração de emprego e fortalecimento da agricultura familiar, sem os conteúdos necessários ou revolucionários que já tiveram, na década de 60. Nesse sentido, os componentes técnicos, financeiros e organizacionais se tornaram mais importantes do que os ideológicos.

Em segundo lugar, a "questão regional" nordestina terá de conviver com um razoável grau de abertura da economia brasileira e a necessidade de crescentes saldos na balança comercial, através do aumento da exportação de grãos e produtos agrícolas. O que desde já impõe a existência de políticas e fundos compensatórios destinados a proteger a pequena produção ou a

agricultura tradicional (algodão, pecuária, caprinocultura etc.). A isso, acrescenta-se a necessidade de rever o formato dessas políticas, para que elas aumentem o "empoderamento" das comunidades e faça justiça às suas diferenças culturais.

Finalmente, o patriciado rural nordestino tem sofrido um forte abalo, tanto no grau de seu poder de dominação sobre as comunidades rurais, como na sua relação com o poder central. E isso é visível na crise dos partidos de centro – como o PFL e o PMDB. A privatização dos ativos públicos e o fim das políticas regionais têm sido um duro golpe assentado na dominação clientelista desses setores, *pari passu* com a organização da "sociedade civil" nordestina e o avanço dos partidos de centro-esquerda. As eleições presidenciais do ano de 2002 poderão oferecer elementos empíricos para a comprovação ou não dessa transformação política que deve apontar – ainda – para a formulação de um novo Projeto Nacional, no qual a questão regional terá outro enfoque (no bojo de um novo pacto federativo e com um federalismo fiscal).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo. Editora Brasiliense.
- CARVALHO, Abdias Vilar. *A questão regional*. Temas de Ciências Humanas. São Paulo, Lesh.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão Meridional*. Temas de Ciências Humanas, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma região*. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

MARANHÃO, Sílvio. *A questão regional no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1979.

ZAIDAN, Michel. *O fim do Nordeste e outros mitos*. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. "Seca e cidadania". *A viabilidade da região semi-árida do Nordeste*. Recife, Bagaço, 2002.